



Deliberações Reunião de Câmara de 6 janeiro 2016

ORDEM DE TRABALHOS

1.- ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA PARA COLOCAÇÃO DE REGULADORES DE FLUXO LUMINOSO EM INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO – PROCESSO 52/2015.

Presente, para ratificação, despacho do Presidente da Câmara, Eng.º António Cardoso Barbosa, do passado dia vinte e um de dezembro, onde aprova proposta de anulação do procedimento concursal relativo à EMPREITADA PARA COLOCAÇÃO DE REGULADORES DE FLUXO LUMINOSO EM INSTALAÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO, aberto por deliberação da Câmara Municipal do dia um de julho de dois mil e quinze. Vem acompanhado de informação prestada pelo chefe de divisão, Eng.º Nuno Cota.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

2.- PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – FORNECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DE VIEIRA DO MINHO – ANO DE 2016.

Presente, para ratificação, despacho do Vereador, Dr. Afonso Barroso, passado dia dezassete de dezembro, onde aprova a abertura de concurso, com parecer prévio vinculativo para fornecimento e implementação de seguros para o município de Vieira do Minho para o ano dois mil e dezasseis. Vem acompanhado de informações prestadas pelo assistente técnico, José Antunes, e pela dirigente de 3º grau, Dra. Susana Francisco.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

3.- PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE DUAS HABITAÇÕES SOCIAIS EM REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO ATRAVÉS DE CONCURSO POR INSCRIÇÃO.

Presente, para análise de decisão, informação prestada pelo técnico superior, Dr. Avelino Simões, onde propõe a atribuição de duas habitações sociais em regime de arrendamento apoiado através de concurso por inscrição (1- T2 na Rua Padre Casimiro José Vieira, nº 32, r/c, esquerdo; 2- T2 na Avenida João da Torre, nº 371, r/c, esquerdo), aos agregados familiares de Carlos Jorge Vieira da Silva Ferreira e Nuno Filipe Rodrigues Ferreira, classificados em primeiro

e segundo lugares, respetivamente.

DELIBERAÇÃO: Aprovado

4.- DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OU INSTALAÇÕES PECUÁRIAS AO ABRIGO DE REGIME EXTRAORDINÁRIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

Presente, para ratificação, despacho da Vice-Presidente da Câmara, Prof.ª Elsa Ribeiro, do passado dia vinte e três de dezembro, onde declara reconhecer o interesse público municipal na regularização de exploração pecuária nos termos dos regimes extraordinários previstos nas alíneas a) e b) do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 05 de novembro, e para os efeitos da alínea a) no nº 4 do artigo 5º, do mesmo Decreto-Lei, sem prejuízo de o respetivo pedido de regularização ter de cumprir todas as condições legalmente exigidas e aplicáveis ao caso concreto. Este despacho resultou de requerimento em nome de DOMINGOS MIGUEL RIBEIRO PEREIRA, residente na Rua da Ranha, freguesia de Eira Vedra, deste município, cuja exploração pecuária não constava da lista fornecida pela DRAPN à Câmara Municipal e que fez parte da deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal do passado dia onze de dezembro.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

5.- DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OU INSTALAÇÕES PECUÁRIAS AO ABRIGO DE REGIME EXTRAORDINÁRIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

Presente, para ratificação, despacho do Presidente da Câmara, Eng.º António Cardoso Barbosa, do passado dia dezasseis de dezembro, onde declara reconhecer o interesse público municipal na regularização de exploração pecuária nos termos dos regimes extraordinários previstos nas alíneas a) e b) do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 05 de novembro, e para os efeitos da alínea a) no nº 4 do artigo 5º, do mesmo Decreto-Lei, sem prejuízo de o respetivo pedido de regularização ter de cumprir todas as condições legalmente exigidas e aplicáveis ao caso concreto. Este despacho resultou de requerimento em nome de JUDITE PEREIRA VARANDA, residente na Rua Central de Salamonde, freguesia de Salamonde deste município, cuja exploração pecuária não constava da lista fornecida pela DRAPN à Câmara Municipal e que fez parte da deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal do passado dia onze de dezembro.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

6.- DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OU INSTALAÇÕES PECUÁRIAS AO ABRIGO DE REGIME EXTRAORDINÁRIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

Presente, para ratificação, despacho do Presidente da Câmara, Eng.º António Cardoso Barbosa, do passado dia quinze de dezembro, onde declara reconhecer o interesse público municipal na regularização de exploração pecuária nos termos dos regimes extraordinários previstos nas alíneas a) e b) do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 05 de novembro, e para os efeitos da alínea a) no nº 4 do artigo 5º, do mesmo Decreto-Lei, sem prejuízo de o respetivo pedido de regularização ter de cumprir todas as condições legalmente exigidas e aplicáveis ao caso concreto. Este despacho resultou de requerimento em nome de PEDRO ANDRÉ DE CARVALHO RIBEIRO, residente na Rua do Castelo, freguesia de Rossas deste município, cuja exploração pecuária não constava da lista fornecida pela DRAPN à Câmara Municipal e que fez parte da deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal do passado dia onze de dezembro.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

7.- DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OU INSTALAÇÕES PECUÁRIAS AO ABRIGO DE REGIME EXTRAORDINÁRIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

Presente, para ratificação, despacho do Presidente da Câmara, Eng.º António Cardoso Barbosa, do passado dia vinte e oito de dezembro, onde declara reconhecer o interesse público municipal na regularização de exploração pecuária nos termos dos regimes extraordinários previstos nas alíneas a) e b) do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 05 de novembro, e para os efeitos da alínea a) no nº 4 do artigo 5º, do mesmo Decreto-Lei, sem prejuízo de o respetivo pedido de regularização ter de cumprir todas as condições legalmente exigidas e aplicáveis ao caso concreto. Este despacho resultou de requerimento em nome de SANDRA MARIA DA SILVA CAPELA, residente na Rua Real de Cima, freguesia de Tabuaças deste município, cuja exploração pecuária não constava da lista fornecida pela DRAPN à Câmara Municipal e que fez parte da deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal do passado dia onze de dezembro.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

8.- DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OU INSTALAÇÕES PECUÁRIAS AO ABRIGO DE REGIME EXTRAORDINÁRIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

Presente, para ratificação, despacho da Vice-Presidente da Câmara, Prof.ª Elsa Ribeiro, do passado dia vinte e três de dezembro, onde declara reconhecer o interesse público municipal

na regularização de exploração pecuária nos termos dos regimes extraordinários previstos nas alíneas a) e b) do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 05 de novembro, e para os efeitos da alínea a) no nº 4 do artigo 5º, do mesmo Decreto-Lei, sem prejuízo de o respetivo pedido de regularização ter de cumprir todas as condições legalmente exigidas e aplicáveis ao caso concreto. Este despacho resultou de requerimento em nome de MARIA TEODORA PIRES DA SILVA, residente na Rua da Povoinha, freguesia de Anissó deste município, cuja exploração pecuária não constava da lista fornecida pela DRAPN à Câmara Municipal e que fez parte da deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal do passado dia onze de dezembro.

DELIBERAÇÃO: Ratificado

9.- DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OU INSTALAÇÕES PECUÁRIAS AO ABRIGO DE REGIME EXTRAORDINÁRIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

Presente, para ratificação, despacho do Presidente da Câmara, Eng.º António Cardoso Barbosa, do passado dia catorze de dezembro, onde declara reconhecer o interesse público municipal na regularização de exploração pecuária nos termos dos regimes extraordinários previstos nas alíneas a) e b) do artigo 1º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 05 de novembro, e para os efeitos da alínea a) no nº 4 do artigo 5º, do mesmo Decreto-Lei, sem prejuízo de o respetivo pedido de regularização ter de cumprir todas as condições legalmente exigidas e aplicáveis ao caso concreto. Este despacho resultou de requerimento em nome de TIAGO JOÃO RIBEIRO VILELA, residente na Rua de S. Pedro, freguesia de Rossas deste município, cuja exploração pecuária não constava da lista fornecida pela DRAPN à Câmara Municipal e que fez parte da deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal do passado dia onze de dezembro.

DELIBERAÇÃO: Ratificado